

Pluralidade ainda ignorada

O modelo de ensino brasileiro está ultra passado e mantém resíduos de discriminação racial, excluindo grande parte da população pobre do processo educacional de construção da cidadania

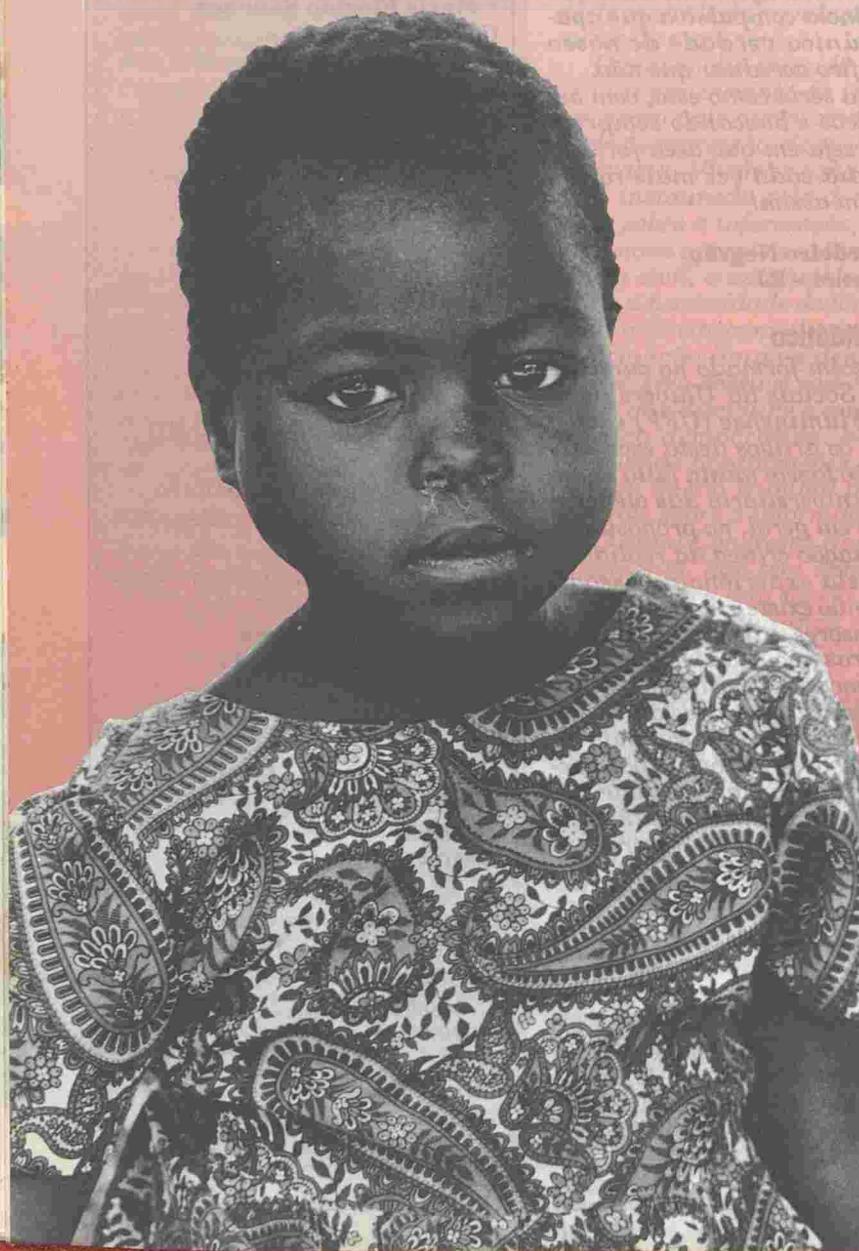
Sandra Almada

Eram oito horas da manhã e a professora Sílvia Maria iniciava a visita a uma favela de um morro da Tijuca, bairro de classe média do Rio de Janeiro. Era uma atividade "extraclasse", planejada pela escola, que fugia à rotina daquela profissional e das cerca de 20 crianças que a acompanhavam pelas ruelas e becos, naquele dia especial em que, pela primeira vez, a "tia" Sílvia visitava a comunidade onde elas viviam.

Cada criança mostrava sua casa e apresentava a mestra a seus familiares, até que Sílvia deteve-se frente a um pequeno barraco. Ao lado dele, estava uma casinha bem-acabada, com telhas de amianto, iluminada no interior e tendo, do lado de fora, tigelas de barro contendo alimentos. "Flávia, como é bonita e cuidada a casinha do seu cachorro", disse a professora. Amenina, em lugar de lisonjear-se, arregalou os olhos, assustada com a "ignorância" da professora: "Não é a casa do cachorro, tia. Peça desculpas. Esta é a casa de Exu", explicou.

Esta história, verídica, foi narrada durante um treinamento de professores da rede municipal de ensino do Rio, realizado no ano passado, para introduzir, na discussão sobre Educação e Cultura, a especificidade das questões étnicas e dos mecanismos de discriminação que marcam o cotidiano de milhões de brasileiros de origem negra dentro da sociedade, e que são reproduzidos pela escola.

A princípio, o debate parecia fadado a se esgotar depois de duas argumentações taxativas. A primeira é que é evidente a natureza de nossa formação sócio-cultural. Somos um país pluricultural e multirracial e é importantíssima a contribuição do negro, do branco e do índio, indistintamente, nesta formação. E, a outra: embora para a grande maioria de descendentes de escravos africanos trazidos para o Brasil o legado da escravidão tenha sido a pobreza e a falta de oportunidades de ascensão social, hoje, a escola pública brasileira, mesmo enfrentando crises e dificuldades, ao "acolher e educar" grande contingente das classes populares, vem democrati-



zando o ensino, minimizando, assim, as injustiças sociais em nosso país.

Apesar de aparentemente óbvios e conclusivos, tais raciocínios estão longe de dar conta da problemática que envolve a instituição escolar, sua clientela mais carente e estigmatizada e o formalismo de seus projetos pedagógicos que não atendem às expectativas desta enorme parcela da população. Estudos e estatísticas denunciam a fuga de alunos da escola, após exaustivas tentativas de convivência com uma instituição que parece não ter sido projetada para eles, onde questões étnicas raramente são enfrentadas com honestidade, numa negação silenciosa e negligente para com aqueles que lhes confiam seus sonhos de cidadania.

Estatísticas constrangedoras –

Iniciamos a década passada com o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) revelando-nos um dado desalentador. Em cada 100 pessoas negras, apenas seis conseguiam terminar o 1º grau. Entre os cidadãos negros do país, cerca de 40% não tinham nenhuma instrução, contra 20% de pessoas brancas nas mesmas condições. Ao mensurar os níveis de oportunidade dados a negros e brancos no mercado de trabalho, verificou-se que em cada 100 pessoas não-brancas que conseguiam se empregar, quase a metade, 49%, recebia por mês um salário mínimo. O número de trabalhadores brancos nessas condições era de vinte em cada 100. E, ainda, verificava-se que, concentrados nas ocupações manuais agrícolas (aquelas que têm comparativamente os menores salários), encontravam-se 44% de pretos, 42,8% de pardos e 20% de brancos.

A despeito da crise política, social e econômica que, uma década depois, aprofundou desníveis sociais e instaurou um quadro de preocupações generalizado, o diagnóstico parece manter-se o mesmo. Ao pensarmos nos fatores que contribuem para a situação sócio-econômica do negro em nossa sociedade, devemos considerar não somente as causas históricas – como as seqüelas da escravidão ou a competição desigual com o imigrante estrangeiro por ocupações no mercado de trabalho, no período após a abolição – mas também a imensa desigualdade de oportunidades educacionais, que se perpetuam

até hoje, e, intrínseca a ela, a discriminação racial.

A professora que subiu a favela na Tijuca, buscando aproximar-se da realidade social, econômica e, sobretudo, cultural, dos alunos das classes populares, protagoniza um episódio raro que revela as tímidas tentativas de avanço da escola pública brasileira na relação conflituosa que vem estabelecendo com os “diferentes”.

Na opinião da professora Amélia Maria de Almeida Alves, das Faculda-

*No Brasil, em
cada 100 pessoas
negras, apenas
seis conseguem
completar o
1º grau. Cerca de
40% da população
negra brasileira não
teve oportunidade
de frequentar
uma escola*

des Integradas Bennett, quaisquer que sejam as questões da educação no Brasil de hoje, todas elas desembocam na necessidade de mudanças do sistema e do processo educacional. “Por onde iniciar um verdadeiro processo de democratização do ensino, num país caracterizado pela pluralidade cultural de alunos e professores? Questões étnicas, por exemplo, seriam consideradas em novas propostas de currículo?”, indaga. São perguntas que já há alguns anos saltaram os muros que separam a sociedade civil organizada da escola, tornando-se mais explícitas e ganhando espaço dentro de setores mais progressistas das instituições de ensino. Para isto foi

inegavelmente importante o papel dos movimentos negros.

Mas se hoje, felizmente, já não podemos dizer que o sistema educacional brasileiro é alheio a toda esta ceceuma, também não é verdadeiro dizer o contrário. O que professa a grande maioria dos nossos mestres, realmente, é o que lhes ensinaram de mais obtuso as velhas pedagogias.

“No Brasil, as culturas negras e indígenas aparecem como contribuições menores, menos significativas e menos valorizadas, comparativamente em relação a uma cultura branca, européia e letrada, apresentada como o verdadeiro pano de fundo”, explica o historiador e escritor Joel Rufino dos Santos. Endossando a análise de Rufino, Amélia Maria acrescenta ainda que as questões que dizem respeito a uma cultura no Brasil são tantas quanto as possibilidades de significado que o termo permite.

No contexto da escola conduzida, por exemplo, pelas práticas pedagógicas mais tradicionais, cultura é freqüentemente entendida como o acúmulo de conhecimento, e se centra na valorização da transmissão de conhecimento pelo mestre ao aluno. Explica-se, assim, também porque nesta hierarquia os sujeitos da cultura negra “devem”, ao ingressar na escola, instruir-se e submeter-se à “aculturação”.

Para o sociólogo Júlio César Tavares, professor do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), “o olhar branco e ocidental nega o valor das formas tradicionais de religiosidade africana e não vê seu papel revitalizador na cultura negra da Diáspora. O fato dos deuses e seus emissários se manifestarem sempre nos terreiros, através da dança ritmada dos tambores, é interpretado, pela ótica racionalista das liturgias cristãs e judaicas, como animismo e barbarismo. A casinha de Exu que a professora Sílvia Maria confundira guarda, no entanto, preceitos ritualísticos sofisticados que têm uma lógica que lhes é própria e exclusiva”.

Exclusão – O teórico da comunicação, Muniz Sodré, estudioso da cultura negro-brasileira e autor de vários livros e ensaios sobre o tema, explica que uma das funções da escola no Ocidente é a seleção e a organização da força de trabalho. “Isto significa que no interior da

Pluralidade ainda ignorada

escola capitalista se dá um processo de seleção daqueles que vão ocupar o papel de agentes da produção. As práticas escolares têm uma força discriminatória no sentido de incluir e excluir”, teoriza, e dá como exemplo desses mecanismos o ensino da língua e da literatura: “É na escola que se vai discriminar a quem se vai destinar o português utilitário e o português literário. Dependendo do extrato social a que pertença o indivíduo, essa opção vai ser inevitável. Se não há uma incitação familiar para a leitura de literatura, vai ser muito mais difícil para a criança aceitar esse código literário letrado imposto pela escola”. Muniz explica ainda que a história da famí-

lia negra é de exclusão social, por razões de caráter sócio-cultural-econômico. “O sistema de ensino no Brasil é elitista. O modelo educacional que foi montado no período da escravidão persiste até hoje e nenhum outro foi criado como alternativa. E se os excluídos persistem em permanecer na escola, a despeito dos vários anos de repetência, é porque, mesmo sabendo que não ocuparão lugar na força de trabalho, a escola é o lugar onde se sentem espiritualmente elevados, a eles também destinado”, opina.

Barreiras – Se ler e escrever é para nossas classes populares um drama,

por envolver exigências que alguns consideram barreiras de difícil transposição, há educadores que acreditam em saídas possíveis, desde que a escola admita e aprenda a trabalhar com as “diferenças”.

A professora Nilda Teves, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tenta apontar outros caminhos: “A escola geralmente tem um paradigma de criança a ser trabalhado. É o aluno que tem pai, situação de família organizada, tem a roupa, a linguagem elaborada. As crianças das classes populares, ao chegarem à escola, têm sua linguagem desconsiderada, para adquirirem a linguagem elaborada da instituição.” Ela lembra que, para os seres humanos, a linguagem deve estar a serviço do pensar, ajudando o homem a ampliar suas leituras do mundo. “Se esta linguagem for aculturada de uma maneira perversa, o que se produz é o silêncio. A criança se cala para não ser ridicularizada, para não dar o testemunho de que seus pais não sabem ler, para não ter vergonha de sua origem”, argumenta a professora, a quem a produção do silêncio é uma estratégia que submete a mente da criança à estrutura mais perversa de dominação. Para ela, é esta uma das grandes chaves da evasão escolar. “A gente pensa que é só a fome, mas isto não é verdadeiro. Você pode dar a melhor merenda e as crianças se evadem. Saem porque a escola diz a elas: aqui não é o seu lugar. E como elas querem continuar falando, encontram suas formas de resistência e vão embora”, conclui.

Um caso estranho – A professora Amélia Alves já coordenou vários projetos educacionais ao longo de seus mais de 20 anos de carreira. Ela conta um episódio que reitera as enormes dificuldades da escola na relação com alunos que “destoam” pela diferença, ocorrido numa escola pública do município fluminense de Campos.

Carlos era um menino alto e forte demais para os seus 11 anos. Embora fosse extremamente inteligente, não apresentava um desempenho satisfatório. Além da altura “desproporcional” à sua idade, era “mulato de estranhos hábitos”, segundo a visão dos professores da escola. Sua “esquisitice” era passar grande parte do tempo desenhando fi-



Deve-se levar em conta hábitos e tradições da cultura negra no ensino público, para superar-se o problema da exclusão

guras de índios. Os mestres não conversavam com ele, mas teciam várias teorias sobre as razões de seus "problemas". "Mais tarde, quando vim a ser sua professora", conta Amélia Alves, "passamos a conversar sobre seus desenhos, e ele ia revelando sua história de vida, seu imaginário, sua feição cultural. Tantos 'índios' tinham sua razão de ser. Filho de uma mãe-de-santo em Campos, sua função no terreiro era cuidar dos 'santos'. E o Caboclo era a única representação masculina que ele tinha. Aberto ao diálogo, esse menino mudou radicalmente seu comportamento esquivo e seu rendimento escolar aumentou significativamente. Seu problema? Tinha timidez frente ao contexto escolar", assegura a professora.

Déficit alimentar – Quem participa dos conselhos de classe, sobretudo aqueles que reúnem professores de turmas da 1ª série do 1º grau, conhecem uma velha justificativa do sistema de ensino para o grande número de alunos que repetem esta série: a subnutrição lesou-lhes, nos primeiros anos de vida, os neurônios, inviabilizando o processo

de aprendizagem agora sob os cuidados da escola. "São argumentos baseados num falso conhecimento da ciência", dispara Nilda Teves. "Sabe-se que as crianças que realmente tiveram este tipo de comprometimento sequer chegaram aos bancos escolares, pois morreram antes. Aquelas, portanto, que chegam até nossas escolas, têm concretas condições de aprendizagem, visto que o cérebro humano tem uma capacidade fantástica de regeneração. Lesada uma parte dele, outra imediatamente pode ser estimulada e desempenhar igual função", ensina ela, alertando que, do corolário de estigmas que recaem sobre as crianças de classes populares, este é um dos mais frequentemente utilizados para justificar o que chamamos de "exclusão".

Herança ingrata – Na explicação de Júlio Cesar Tavares, da UFF, "excluir" significa, através da discriminação, impedir a integração na sociedade de uma parcela significativa que, no caso dos não-brancos, é majoritária. Esta exclusão – que no Brasil foi imposta ao negro e ao índio – tem o objetivo

de preservar a submissão do "diferente" aos padrões culturais, aos padrões lógicos de raciocínio do homem ocidental. "O objetivo não é nem aniquilar o outro por uma simples perversão, mas sim por uma necessidade que historicamente se encroou na mentalidade nacional, que é, através da exclusão, preservar privilégios e situações vantajosas para a minoria branca", afirma o professor.

Ele esclarece que existe ainda de forma muito viva na mentalidade do homem brasileiro "resíduos" que contribuem para que, mais de um século depois da abolição dos escravos, a discriminação étnica seja tão forte no Brasil. "Um dos fatores, afirma Júlio Tavares, foi acreditar, durante muitos anos, que o negro não tinha alma, que não era portador dos sentimentos mais humanos que o homem ocidental possuía. Então o escravo era incapaz de amar, de sentir dor e de até mesmo chegar a Deus". Segundo o sociólogo, o animismo e o fetichismo que caracterizam, pela linguagem cristã, a religiosidade negra, passavam como formas primitivas e até mesmo impuras. "Formas extremamente desaconselháveis e até perversas de se chegar a Deus mediante a matança de animais, ou se utilizando de símbolos, de figuras religiosas, como um totem de 50 centímetros com um pênis gigantesco enrijecido, como é Exu, que representa a fertilidade."

O professor questiona ainda: "Afim, o que define a cidadania no Brasil? Não é a propriedade? Podemos observar que veio a abolição, mas com ela não veio a indenização. Era muito perigoso para a classe dominante correr o risco de entregar as propriedades como indenização para os negros, uma indenização justíssima pela indignidade de 400 anos de escravidão. Uma indenização moral."

Do alto das favelas, essa população excluída resguarda-se ainda da desesperança, da injustiça social e de enormes infortúnios, pedindo, por vezes, proteção frente a uma "casinha de Exu". Para os nossos formuladores de políticas públicas, o caos habitacional que essa exclusão evidencia e o descompasso entre o papel da escola e a falta de rumos dos que lutam pela cidadania são sinais de que a questão negra é uma das mais graves entre os problemas nacionais e exige atenção imediata da sociedade brasileira. ■

A escola pública ao escolher crianças pobres vem democratizando o ensino e reduzindo as injustiças sociais

